

HABEAS CORPUS Nº 547.777 - RS (2019/0352935-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
IMPETRANTE : ALAN DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO : ALAN DOS SANTOS BARBOSA - AC004373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : E L P F (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

1. Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por ALAN DOS SANTOS BARBOSA, em favor de E. L. P. F., pedreiro, atualmente recolhido junto ao Instituto Penal Irmão Miguel Dário, em Porto Alegre, apontando como autoridade coatora o il. Desembargador do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, relator da Habeas Corpus nº 70083294405, que indeferiu o pedido de liminar formulado naqueles autos.

O impetrante sustenta, em síntese, a existência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente não se encontra em condições financeiras de efetuar o pagamento da dívida cobrada em ação de execução de alimentos, mas que tem interesse em saldá-la, tão logo possa retornar a suas atividades laborais.

Requer a concessão de liminar, independente de informações, para suspender a ordem de prisão do paciente, concedendo-lhe liberdade provisória.

Distribuídos os autos a esta relatoria, foi proferido despacho, intimando o impetrante para que providenciasse a juntada dos documentos necessários ao exame do pedido (e-STJ fl. 22)

É o relatório. Decido.

2. A jurisprudência do col. Supremo Tribunal Federal, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, orienta-se no sentido de que, em regra, é inviável *habeas corpus* dirigido contra decisão de órgão monocrático de tribunal que, apreciando *habeas corpus* lá impetrado, denega medida liminar, porquanto ausente apreciação do mérito da controvérsia pela eg. Corte *a quo*, o que implicaria em indevida supressão de instância.

É o que se depreende da leitura do enunciado nº 691 da Súmula do col. STF,

ora aplicada por analogia, que possui o seguinte teor, *verbis*:

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. IMPETRAÇÃO DE WRIT CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 691/STF. PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. É inadmissível a impetração de habeas corpus contra decisão do TJ local que indefere pedido de liminar em writ anterior. Aplicação analógica da Súmula n. 691/STF.

2. A prisão domiciliar para o devedor de alimentos somente pode ser admitida em hipóteses excepcionalíssimas, sob pena de esvaziar o escopo coercitivo da prisão civil. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 272.034/SC, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 20/08/2013)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS - EXPEDIENTE MANEJADO COM NÍTIDO E EXCLUSIVO INTUITO INFRINGENCIAL - RECEBIMENTO DO RECLAMO COMO AGRAVO REGIMENTAL - PRISÃO CIVIL DECRETADA EM SEDE DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - WRIT NO QUAL É QUESTIONADA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR DESEMBARGADOR DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DESCABIMENTO - NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA N. 691 DO STF - DESPROVIMENTO.

I - Esta Corte não admite habeas corpus contra decisão monocrática de desembargador de Tribunal de Justiça, em conformidade com a Súmula n. 691/STF (HC n. 58.339/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, DJU de 14/09/2006).

II - Agravo regimental desprovido."

(EDcl no HC 199.099/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 14/10/2011)

É certo que tal entendimento pode ser mitigado, em situações excepcionais,

quando presente flagrante ilegalidade no ato atacado, não sendo esse, porém, o caso dos autos.

Efetivamente, o exame dos elementos que constam dos autos não permite constatar a existência de ilegalidade flagrante que justifique a concessão da medida de urgência requerida.

Com efeito, não obstante o impetrante sustente a ilegalidade do decreto prisional, assim como a impossibilidade de cumprimento da obrigação, deixou de apresentar os documentos mínimos necessários à demonstração do alegado, mesmo depois de oportunizada a instrução do feito (fl. 22).

Importa salientar, no entanto, que tais alegações devem ser demonstradas de plano, sendo ônus do impetrante a adequada instrução do processo no momento da impetração, uma vez que, na via estreita do *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída, não se permitindo dilação probatória. A propósito:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ADMISSIBILIDADE EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ORDEM DENEGADA.

1. O presente habeas corpus foi impetrado como substitutivo do recurso ordinário cabível, o que somente é admitido excepcionalmente pela jurisprudência desta Corte de Justiça e do egrégio Supremo Tribunal Federal, quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, podendo-se, em tais hipóteses, conceder-se a ordem de ofício, o que não ocorre no caso em exame.

2. No presente habeas corpus, os impetrantes não trouxeram provas pré-constituídas suficientes a demonstrar a ilegalidade ou o caráter abusivo do ato prisional, sobretudo não comprovaram sua alegação de se tratar de execução de débitos alimentares pretéritos.

3. Ordem denegada."

(HC 476467/MG, **desta relatoria**, QUARTA TURMA, DJe de 15/3/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE NEGOU A MEDIDA LIMINAR NO WRIT ORIGINÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. PRECLUSÃO. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.

NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E VEDAÇÃO DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INDEFERIMENTO LIMINAR DA IMPETRAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Descabimento de habeas corpus contra indeferimento de medida liminar. Súmula n. 691 do STF. Ausência de irresignação. Preclusão.

II. O conhecimento do writ pressupõe prova pré-constituída do direito pleiteado, sendo de rigor sua inadmissão ante a instrução deficiente. Precedentes.

III. Decisão agravada mantida, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

IV. Agravo Regimental improvido."

(AgRg no HC 289076/SP, Rel. **Ministra REGINA HELENA COSTA**, QUINTA TURMA, DJe de 19/5/2014)

Diante do exposto, com base no art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator